

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras em
30 de junho de 2016**

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Cascavel e Região - Sicoob Credicapital**

Balanço patrimonial em 30 de junho

Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	232.869	182.650	Circulante	260.644	189.581
Disponibilidades (Nota 4)	3.226	1.086	Depósitos (Nota 9)	240.348	181.058
Relações interfinanceiras (Nota 4)	97.133	63.580	Depósitos à vista	33.446	25.197
Operações de crédito (Nota 5)	127.836	115.529	Depósitos a prazo	206.902	155.861
Operações de crédito	139.495	119.746	Relações interdependências	32	23
(-) Provisão de op. de crédito	(11.659)	(4.217)	Relações interfinanceiras	14.952	2.340
Outros créditos	3.424	2.343	Obrigações por empréstimos (Nota 10)		
Créditos por avais e fianças honrados	389		Outras obrigações	5.312	6.160
Rendas a receber	1.289	762	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	44	36
Diversos (Nota 6)	2.173	1.678	Sociais e estatutárias	572	827
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	(427)	(97)	Fiscais e previdenciárias	505	445
Outros valores e bens (Nota 7)	1.250	112	Diversas (Nota 11)	4.191	4.852
Longo prazo	62.798	47.326	Exigível a longo prazo	5.872	18.924
Operações de crédito (Nota 5)	62.798	47.326	Relações interfinanceiras (Nota 10)	5.872	18.924
Operações de crédito	63.114	47.563			
(-) Provisão de op. de crédito	(316)	(237)			
Permanente	8.177	6.964	Patrimônio líquido (Nota 13)	37.328	28.435
Investimentos (Nota 8)	4.392	4.392	Capital social	32.649	23.605
Imobilizado de uso (Nota 8)	3.028	1.764	Fundo de reserva	3.421	2.513
Intangível (Nota 8)	757	808	Sobras acumuladas	1.258	2.317
Total do ativo	303.844	236.940	Total do passivo e do patrimônio líquido	303.844	236.940

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital

Demonstração de sobras ou perdas Em milhares de reais

	Semestre findos em 30 de junho					
	2016			2015		
	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total	Ato cooperativo	Ato não cooperativo	Total
Receitas da intermediação financeira						
Operações de crédito (Nota 5)	24.723		24.723	19.225		19.225
	24.723		24.723	19.225		19.225
Despesas de intermediação financeira						
Operações de captação no mercado (Nota 9)	(20.076)		(20.076)	(10.925)		(10.925)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 10)	(12.705)		(12.705)	(8.654)		(8.654)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	(1.105)		(1.105)	(394)		(394)
	(6.266)		(6.266)	(1.877)		(1.877)
Resultado bruto da intermediação financeira						
	4.647		4.647	8.300		8.300
Outras receitas e despesas operacionais						
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	(3.251)	150	(3.101)	(4.883)	362	(4.521)
Rendas de tarifas bancárias (Nota 14)	1.996	395	2.391	1.311	675	1.986
Despesas de pessoal (Nota 15)	2.017		2.017	1.488	-	1.488
Despesas administrativas (Nota 16)	(5.826)	(89)	(5.915)	(4.644)	(115)	(4.759)
Despesas tributárias	(7.126)	(109)	(7.235)	(5.330)	(132)	(5.462)
Outras receitas operacionais (Nota 17)	(51)	(47)	(98)	(23)	(66)	(89)
Outras despesas operacionais (Nota 18)	6.965		6.965	3.436	-	3.436
	(1.226)		(1.226)	(1.121)	-	(1.121)
Resultado operacional						
	1.396	150	1.546	3.417	362	3.779
Resultado não operacional						
		(174)	(174)	-	19	19
Resultado antes da tributação sobre lucro						
	1.396	(24)	1.372	3.417	381	3.798
Imposto de renda e contribuição social						
Provisão para imposto de renda		(114)	(114)		(145)	(145)
Provisão para contribuição social		(63)	(63)		(85)	(85)
	(51)	(51)	(51)		(60)	(60)
Sobras do semestre/exercício						
	1.396	(138)	1.258	3.417	236	3.653

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Cascavel e Região - Sicoob Credicapital**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Fundo de reserva	Sobras acumuladas	Total
Em 1º de janeiro de 2015				
Destinação do resultado acumulado	21.614	2.513	1.037	25.164
Distribuição de sobras (Nota 13 f)	1.037		(1.037)	-
Integralizações de capital (Nota 13 b)	2.246			2.246
Baixas de capital (Nota 13 b)	(1.292)			(1.292)
Resultado do semestre			3.653	3.653
Juros ao capital próprio provisionado (Nota 13 c)			(1.336)	(1.336)
Em 30 de junho de 2015	23.605	2.513	2.317	28.435
Em 1º de janeiro de 2016				
Destinação do resultado acumulado	31.397	3.421	1.248	36.066
Distribuição de sobras (Nota 13 f)	1.246		(1.248)	(2)
Integralizações de capital (Nota 13 b)	2.746			2.746
Baixas de capital (Nota 13 b)	(2.740)			(2.740)
Resultado do semestre			1.258	1.258
Em 30 de junho de 2016	32.649	3.421	1.258	37.328

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital

Demonstração dos fluxos de caixa Em milhares de reais

	Exercícios findos em 30 de junho	
	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.372	3.798
Ajustes as sobras líquidas		
Despesas de depreciação e amortização	4.473	2.231
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	380	294
Provisão para contingentes	4.216	1.877
	(123)	60
Variações patrimoniais		
Relações interfinanceiras e interdependência	(3.034)	15.521
Operações de crédito	(30.806)	(2.905)
Outros ativos	(10.074)	(17.562)
Outros créditos	(698)	(358)
Outros valores e bens	(1.018)	(34)
Depósitos	41.365	35.853
Obrigações por empréstimos e repasses	3.626	
Outras obrigações	(1.803)	(3.099)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.811	21.550
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(125)	
Aquisição de imobilizado de uso	(740)	(203)
Aplicação no intangível	(108)	(91)
Outros ajustes	7	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(841)	(419)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Variações patrimoniais		
Aumento de capital	4	954
Baixas de capital	2.746	2.246
Distribuição de sobras	(2.740)	(1.292)
	(2)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	4	954
Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa	1.974	22.085
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.252	42.581
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	3.226	64.666

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital ("Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Paraná - Sicoob Central Unicoob ("Sicoob Central Unicoob"). A cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 21 de junho de 2001 e tem por objetivos principais:

- a) proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas;
- b) prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- c) atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e
- d) estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do sistema Sicoob.

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/05 e nº 12.024/09) e as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitaram com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4424/15.
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

A divulgação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de agosto de 2016.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração das sobras ou perdas

As sobras ou perdas são apuradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e contribuição social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composta por depósitos interfinanceiros e títulos do governo, os saldos são evidenciados acrescidos da atualização mensal dos valores de acordo com a aplicação da taxa de juros praticadas para cada aplicação.

d) Demais instrumentos financeiros

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos especulativos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

e) Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a Central das Cooperativas do Estado do Paraná - Sicoob Central PR (“Sicoob Central PR”), os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo.

f) Operações de crédito

As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pela Cooperativa para contratação de operações. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas *pro rata temporis* até a data do balanço.

g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração,

histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros. A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

<u>Período de atraso</u>	<u>Classificação do cliente</u>
Até 15 dias	A
De 16 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(n) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

O intangível está demonstrado ao custo de aquisição e é amortizado com base na vigência dos direitos contratuais ou a partir do momento em que começam a gerar os respectivos benefícios.

(o) Demais ativos circulantes e Longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(p) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos permanentes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 30 de junho de 2016 e de 2015.

(q) Depósitos

O valor apresentado nas demonstrações está acrescido dos juros incorridos até a data de encerramento do período, através da aplicação mensal das taxas contratadas para as operações.

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os depósitos a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

(m) Obrigações por empréstimos

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

(n) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações cíveis e trabalhistas. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

A Cooperativa avalia a necessidade provisão para causas judiciais referentes a ações cujo risco de perda é classificado como provável, de acordo com a avaliação de assessores jurídicos. Alterações no entendimento dos assessores jurídicos podem refletir em alterações nos valores contabilizados nas demonstrações financeiras.

(o) Demais passivos circulantes e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada exercício. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para causas judiciais, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

q) Provisão para participação nos resultados - PLR

A PLR é uma modalidade de remuneração, baseada na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	3.226	1.086
Centralização Financeira em Cooperativa Central	<u>97.133</u>	<u>63.580</u>
	<u>100.359</u>	<u>64.666</u>

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos

a) Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.

b) Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

c) Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.

d) Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

A remuneração média da Centralização Financeira no semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de 99,62% do CDI (2015 99,52 %) e sua liquidez é imediata, desde que a Cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicob Central PR. No semestre findo em 30 de junho de 2016, a remuneração da Centralização Financeira foi de R\$ 5.861 (2015 - R\$ 3.109), registrada no grupo "Outras receitas operacionais" da demonstração das sobras ou perdas.

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2016	2015		
	Circulante	Permanente	Total	Total
Operações de crédito				
Empréstimos e títulos descontados	116.647	55.423	172.070	141.463
Financiamentos	3.959	3.745	7.704	11.590
Financiamentos rurais e agroindustriais	<u>18.889</u>	<u>3.946</u>	<u>22.835</u>	<u>14.256</u>
Carteira total	<u>139.495</u>	<u>63.114</u>	<u>202.609</u>	<u>167.309</u>

A remuneração média no semestre findo em 30 de junho de 2016 das operações de empréstimo e financiamentos é de 16,24 % ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 32.896 no semestre(2015 - R\$19.225 e a remuneração média foi de 11,59%), registrada na rubrica "Operações de crédito" da demonstração de sobras e perdas.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

	Carteira		Provisão para operações de crédito	
	2016	2015	2016	2015
Níveis de risco				
Nível AA	17.451	16.244		
Nível A	88.853	69.342	444	347
Nível B	50.513	57.295	505	573
Nível C	27.227	16.769	817	503
Nível D	5.877	3.426	588	343
Nível E	2.147	1.739	644	522
Nível F	2.447	526	1.224	262
Nível G	1.585	199	1.110	135
Nível H	6.907	1.769	6.907	1.769
Total (i)	<u>203.007</u>	<u>167.309</u>	<u>12.239</u>	<u>4.454</u>

(i) A diferença de R\$398 se refere a operações de outros créditos contabilizados em títulos e créditos a receber, essas operações possuem provisões de crédito no valor de R\$264.

c) **Movimentação da provisão de crédito para liquidação duvidosa:**

	2016	2015
Saldo no início do período	7.759	4.607
Constituição	59.783	29.724
Reversão	(55.567)	(29.877)
	<u>11.975</u>	<u>4.454</u>

d) **Coobrigações em garantias prestadas**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Garantias prestadas em operações de associados		
Carta aval/fiança (*)	31.694	32.894
	<u>31.694</u>	<u>32.894</u>

(*) Refere-se a avais e fianças prestadas pela Cooperativa, não constituídos por dinheiro, onde a Cooperativa se torna responsável perante aos terceiros pelos avais e fianças prestados.

e) **Distribuição das operações por tipo de cliente e atividade econômica**

	2016	2015
Cliente		
Pessoa física	32.806	28.443
Pessoa jurídica	135.898	115.443
Produtor rural (PF)	25.596	20.077
Produtor rural (PJ)	8.707	3.346
	<u>203.007</u>	<u>167.309</u>

f) **Distribuição por faixa de vencimento**

2016	2015
------	------

Faixas de vencimento		
Operações vencidas		
Até 30 dias	1.946	1.999
Entre 31 e 60 dias	1.921	1.328
Entre 61 e 90 dias	610	499
Entre 91 e 120 dias	373	202
Entre 121 e 150 dias	336	125
Entre 151 e 180 dias	259	133
Entre 181 e 240 dias	426	230
Entre 241 e 300 dias	444	94
Entre 301 e 360 dias	146	50
Entre 361 e 540 dias	60	5
Acima de 540 dias		
	<u>6.521</u>	<u>4.665</u>
Operações a vencer		
Até 30 dias	26.683	25.998
Entre 31 e 60 dias	13.247	16.144
Entre 61 e 90 dias	15.194	8.877
Entre 91 e 180 dias	25.991	23.814
Entre 181 e 360 dias	52.330	37.615
Entre 361 e 720 dias	31.753	26.381
Entre 721 e 1.080 dias	17.027	15.890
Entre 1.081 e 1.440 dias	7.424	5.845
Entre 1.441 e 1.800 dias	3.135	1.861
Entre 1.801 e 5.400 dias	3.702	219
Acima de 5.400 dias		
	<u>196.486</u>	<u>162.644</u>
	<u>203.007</u>	<u>167.309</u>

g) Operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas

	2016	2015
Operações		
Renegociadas	19.349	6.908
Lançadas contra prejuízo	1.674	1.991
Recuperadas de prejuízo	348	256

Outros créditos - diversos

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	251	214
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	174	130
Devedores por compras de valores e bens	10	242
Devedores por depósitos em garantia	879	825
Imposto de renda a compensar	490	148
Pagamentos a ressarcir	3	3
Títulos e créditos a receber	163	94
Devedores diversos – País	206	22
	<u>2.173</u>	<u>1.678</u>

Outros valores e bens

a) Outros valores e bens

	2016	2015
Bens não de uso próprio	817	
Material de estoque	478	55
(-) Provisão desv. De outros valores e bens	<u>(135)</u>	
	<u><u>1.160</u></u>	<u><u>55</u></u>

b) Despesas antecipadas

	2016	2015
Prêmio de seguros	20	9
Contribuição sindical patronal	60	35
IPTU	10	6
Processamento de dados	1	
Outros	<u>6</u>	
	<u><u>90</u></u>	<u><u>57</u></u>

Permanente

a) Investimentos

	2016	2015
Participação em Cooperativa Central de Crédito - Cooperativa Central Sicoob (*)	4.391	4.391
Participação na Administradora de Consórcio Sicoob Paraná Ltda.	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u><u>4.392</u></u>	<u><u>4.392</u></u>

(*) Participação, 2016, referente a 5,00% do capital social da Sicoob Central PR registrado pelo seu valor de aquisição.

(b) Imobilizado

	2016				
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imobilizações em curso	225		(8)		217
Instalações	676	312		(48)	940
Móveis e equipamentos de uso	854	126		(51)	929
Sistema de comunicação	36			(6)	30
Sistema de processamento de dados	638	231		(128)	741
Sistema de segurança	<u>122</u>	<u>71</u>		<u>(22)</u>	<u>171</u>
	<u><u>2.551</u></u>	<u><u>740</u></u>	<u><u>(8)</u></u>	<u><u>(255)</u></u>	<u><u>3.028</u></u>
	2015				
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imobilizações em curso	58	137	(46)	-	149
Instalações	277	35	-	(19)	293
Móveis e equipamentos de uso	699	34	(18)	(32)	683
Sistema de comunicação	37	-		(8)	29
Sistema de processamento de dados	578	55	-	(107)	526
Sistema de segurança	<u>101</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(18)</u>	<u>84</u>

<u>1.750</u>	<u>262</u>	<u>(64)</u>	<u>(184)</u>	<u>1.764</u>
--------------	------------	-------------	--------------	--------------

e) Intangível

					2016	
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final	Taxa de amortização - %
Intangível - software	432	108		(63)	477	20
Instal. adaptação de dependências	342			(62)	280	20
	<u>774</u>	<u>108</u>		<u>(125)</u>	<u>757</u>	

					2015
	Saldo inicial	Aquisições	Depreciação	Líquido	Taxa de depreciação - %
Intangível - software	242	202	(43)	401	20
Instal. adaptação de dependências	473	1	(67)	407	20
	<u>715</u>	<u>203</u>	<u>(110)</u>	<u>808</u>	

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do software SISBR e ao software de computadores que estão sendo amortizados a taxa de 20% ao ano.

Depósitos

O grupo "Depósitos" é constituído pelo saldo mantido pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista) e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

	2016	2015
Depósitos à vista	33.446	28.273
Depósitos a prazo	<u>206.902</u>	<u>152.785</u>
	<u>240.348</u>	<u>181.058</u>

As despesas com captação do semestre findo em 30 de junho de 2016 foram R\$ 12.705 e o percentual médio foi de 5,29% ao ano (2015 - R\$ 8.654 e o percentual médio foi de 4,78% ao ano), registrada na rubrica "Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado" na Demonstração de sobras ou perdas.

Relações interfinanceiras

Os empréstimos e repasses são apresentados a seguir por faixa de vencimento:

	2016	2015		
	Circulante	Permanente	Total	Total
Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob	14.952	5.872	20.824	21.264
	<u>14.952</u>	<u>5.872</u>	<u>20.824</u>	<u>21.264</u>

O grupo Obrigações por empréstimos refere-se a recursos tomados junto ao Sicoob Central PR e Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob, com vencimento até 15 de fevereiro de 2020. Os encargos financeiros são calculados *pro rata*, tomando-se por base a taxa CDI mensal, divulgada pelo Banco Central do Brasil, incidentes sobre o saldo devedor. No semestre findo em 30 de junho de 2016 a taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados foi de 6,68% ao ano (2015 – 5,17% a.a.), representando uma despesa de R\$ 1.105 (2015 - R\$ 394), lançada em "Operações de empréstimos e repasses" na demonstração de sobras e perdas.

Outras obrigações - diversas

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo "Outras obrigações" estão assim compostas:

	2016	2015
Obrigações por aquisição de bens de direitos	15	80
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	557	294
Provisão para pagamentos a efetuar	2.101	2.932
Provisão para causas judiciais (Nota 14)	881	663
Credores diversos - País	<u>637</u>	<u>883</u>
	<u><u>4.191</u></u>	<u><u>4.852</u></u>

Os grupos "Provisão para pagamentos a efetuar" e "Credores diversos - País" referem-se aos valores pendentes de compensação pela Cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse.

Provisão para causas judiciais

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados a causas judiciais trabalhista e cível com probabilidade de perda considerada como provável, integralmente provisionados. Além disso, a Cooperativa possui ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possível, não provisionadas e não possui ações de nenhuma natureza, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como remoto, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. A administração não tem conhecimento de causas tributárias nas quais a Cooperativa esteja envolvida no polo ativo ou passivo.

	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	Valor provisionado - saldo em 30 de junho de 2016
Natureza			
Trabalhista	Provável	625	655
Cível	Possível	898	
Cível	Provável	8	8
		<u>1.531</u>	<u>663</u>
	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	Valor provisionado - saldo em 30 de junho de 2015
Natureza			
Trabalhista	Provável	595	595
Trabalhista	Possível	21	
Cível	Provável	8	8
Cível	Possível	49	
		<u>673</u>	<u>603</u>

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1, sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	2016	2015
Capital social - milhares de reais	32.649	23.605
Número de associados	17.321	15.179

b) Integralizações e baixa de capital

Representam respectivamente o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado no montante de R\$ 2.746 e R\$ 2.740.

c) Juros sobre capital próprio

Em 30 de junho de 2016 a Cooperativa não efetuou provisão (2015 -R\$ 1.336) a título de juros sobre capital próprio. O cálculo dos juros sobre capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-parte do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O pagamento efetivo ocorre no último dia útil do semestrecorrente.

d) Fundo de reserva

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. Para a Cooperativa, o percentual utilizado é de 40% das sobras líquidas do exercício, conforme o Estatuto Social. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 não foram constituídos valores a título de fundo de reserva.

e) FATES

De acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, (FATES), destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 não foram constituídos valores a título de FATES.

f) Destinação do resultado acumulado

Na Assembleia Geral Ordinária de 29 de março de 2016, foi aprovada a destinação das sobras de R\$ 1.248 referentes ao semestrede 2015, sendo destinado R\$1.246 para distribuição aos associados através de integralização de capital, proporcionalmente às operações por eles realizadas com a Cooperativa no semestrede 2015 e R\$2 para cotas de capital a devolver

4 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Rendas de serviços bancários	1.996	1.311
Rendas de tarifas bancárias	2.017	1.488
Outras receitas diversas	395	675
 Total	4.408	3.474

As Outras receitas diversas são compostas por rendas recebidas do Bancoob no valor de R\$144, rendas recebidas de comissão de consórcio no valor de R\$142.

5 Despesas de pessoal

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015

Honorários pagos a diretores e conselheiros	632	561
Proventos	2.953	2.529
Encargos sociais	1.120	882
Benefícios	1.157	721
Treinamentos	4	20
Remuneração a estagiários	49	46
Total	5.915	4.759

6 Despesas administrativas

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Despesas de serviços do sistema financeiro	2439	1.581
Despesas de alugueis	483	369
Outras despesas administrativas	328	364
Despesas de processamento de dados	371	225
Despesas de depreciação	255	185
Despesas de serviços de terceiros	572	473
Despesas de comunicações	268	269
Despesas de transporte	511	348
Despesas de viagem no país	20	25
Despesas de material	102	68
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	125	105
Despesas de agua energia e gas	163	103
Despesas de serviços técnicos especializados	214	134
Despesas de serviços de vigilância e segurança	518	387
Despesas de promoções e relações públicas	291	266
Despesas de manutenção e conservação de bens	72	45
Despesas de propaganda e publicidade	83	47
Despesas de seguros	36	15
Despesas de publicações	10	10
Rateio despesa da central	374	443
Total	7.235	5.462

7 Outras receitas operacionais

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	366	201
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 6)	5.861	3.107
Outras rendas operacionais	738	128
	6.965	3.436

8 Outras despesas operacionais

	Semestre findo em 30 de junho	
	2016	2015
Despesa do fundo garantidor de depósito	236	206
Descontos concedidos em renegociações	119	240

Descontos de cancelamento de tarifas pendentes	101	74
Descontos concedidos Oper. Créd		7
Contrib. ao fundo - Fraudes externas	16	5
Contrib. ao fundo - Perdas operacionais	3	5
Outras contribuições diversas	573	472
Passivos trabalhistas		110
Multas e juros diversos	2	2
Contribuição ao fundo de T.I	176	
	<hr/>	<hr/>
	1.226	1.121
	<hr/>	<hr/>

Participação dos colaboradores no resultado

Encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas um valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A PLR é uma modalidade de remuneração variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

Em 30 de junho de 2016 não houve provisão. (2015 - R\$ 83) registrados na rubrica “Outras obrigações - diversas”.

Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	2016	2015
Depósitos à vista		84
Pessoas físicas		84
Depósitos a prazo		1.652
Pessoas físicas - taxa pós-fixada		1.652
Operações de crédito (Nota 5)		398
Remuneração de empregados e administradores - pessoas-chave	8.090	3.292

Adicionalmente, as cooperativas realizam transações com a Sicoob Central PR:

	2016	2015
Centralização Financeira – Cooperativas (Nota 4)	97.133	63.580
Remuneração da Centralização Financeira	5.861	3.107

As despesas do Sicoob Central PR são rateadas mensalmente para as cooperativas a ela filiadas de acordo com os critérios abaixo:

- a) Despesas de pessoal alocáveis - o valor total dos custos com pessoal é dividido de acordo com os indicadores preestabelecidos.
- b) Despesas fixas e de diretoria - divididas em partes iguais para as cooperativas, considerando-se quantidade de singulares.
- c) Demais despesas não alocáveis - as despesas não alocáveis vão compor o valor global, sendo rateadas pelo critério de 50% proporcional aos recursos administrados e 50% pela carteira de crédito.

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o valor de despesa rateada para a cooperativa foi de R\$ 812 (2015 – R\$ 443), alocadas no grupo "Despesas administrativas" na demonstração de sobras ou perdas.

Índices de Basileia e de imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	2016	2015
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	36.838	27.133
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	221.596	188.994
Índice de Basileia - %	16,62	14,36
Imobilizado para cálculo do limite	15.124	2.057
Índice de imobilização (limite 50%) - %	8,95	7,58%

Estrutura de gerenciamento de riscos

A Cooperativa gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

Risco de mercado e risco de liquidez

A Cooperativa aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Sistema e Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do sistema Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Sicoob, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Sicoob. Essa estrutura coordena e

auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

d) Risco de capital

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Sicoob com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema Sicoob estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sistema Sicoob;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

* * *

Valdir Pacini
Diretor-presidente
CPF: 334.531.879-20

Leandro Kühl
Diretor Administrativo - Financeiro
CPF: 025.136.969-21

Gabriel Amauri Mattana
Contador
CRC 064071/O-8 PR
CPF: 062.235.049